



Programa Bahia de Integridade Pública - PBIP			
Parecer Técnico AGE/COINT n.º		005/2025	Data 22/09/2025
Entidade	Secretaria do Planejamento (SEPLAN)		
Técnicos	Ana Falcão de Azevedo Souza		
	Ana Luiza Sodré de Aragão Vasconcellos		
	Cristiane Márcia Veloso de Carvalho		
Coordenação	Vítor Ribeiro Pinheiro Gonçalves		

Dados principais relativos a análise do diagnóstico de percepção de integridade

Publicação da CIP na SEPLAN: 18 de novembro de 2024 (Portaria N° 55)

Período considerado de encaminhamento de questionários: 09 a 19 de setembro de 2025

I. Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados e a análise da Pesquisa de Percepção de Integridade (PPI) aplicada aos servidores da Secretaria do Planejamento (SEPLAN). A aplicação desta pesquisa é o "Passo 3" da estratégia de implementação do PBIP e serve como diagnóstico inicial crucial para o Plano de Integridade.

Contexto do Programa Bahia de Integridade Pública (PBIP): O Programa Bahia de Integridade Pública (PBIP) é um conjunto sistematizado de ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de irregularidades, desvios éticos e de conduta, fraudes e práticas de corrupção. O objetivo é construir uma cultura ética, transparente e responsável.

Comissão de Integridade Pública (CIP) da SEPLAN: A Comissão de Integridade Pública (CIP) da SEPLAN foi constituída pela Portaria n.º 55 de 18 de novembro de 2024. A CIP na SEPLAN é de natureza permanente e é diretamente subordinada ao Secretário.



A Comissão é responsável por promover ações para disseminar internamente a temática da Integridade Pública, elaborar e implementar o Plano de Integridade no âmbito da SEPLAN, e monitorar continuamente o desenvolvimento das ações do Programa.

A Comissão de Integridade Pública (CIP) da SEPLAN é constituída pelos seguintes servidores:

- Dilma Santana de Jesus (Coordenadora)
- Jair de Oliveira Sento-Sé
- Maria Lucia Cunha de Carvalho
- Simone Máxima do Santos
- Fábio Marconi Silva Fonseca
- Kalyanne Braz Ayres Mendes

II. Detalhamento por Quesito e Respostas Apresentadas

A análise considera o total de 218 respondentes da SEPLAN.

Q2: Você alguma vez ouviu falar no termo “Integridade Pública”?

Conceito: Integridade Pública é o alinhamento consistente e a adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para priorizar o interesse público.

Respostas (N=218):

- Sim: 197 (90,37%)
- Não: 21 (9,63%)

Análise: Uma porcentagem muito alta (90,37%) dos servidores da SEPLAN afirma já ter ouvido falar no termo “Integridade Pública”.

Q3: É do seu conhecimento alguma campanha de comunicação sobre o tema “Integridade Pública”, feita no seu órgão/entidade?

Conceito: A comunicação é uma diretriz explícita do PBIP (3ª Diretriz) para estimular o comportamento íntegro e probó.

Respostas (N=218):



Sim: 158 (72,48%)

Não: 53 (24,31%)

Não sei: 7 (3,21%)

Análise: Quase três quartos (72,48%) têm conhecimento de campanhas de comunicação, o que é um indicador positivo de que a SEPLAN está ativa na divulgação do tema.

Q4: “Integridade Pública” já foi tema de alguma reunião ou debate do qual você tenha participado no âmbito da sua instituição?

Conceito: A discussão ativa é um indicador de engajamento da alta administração (1ª Diretriz).

Respostas (N=218):

Sim: 145 (66,51%)

Não: 71 (32,57%)

Não sei: 2 (0,92%)

Análise: A maioria (66,51%) percebe que a Integridade Pública é tema de debates, um bom sinal de que o tema está sendo incorporado nas agendas institucionais.

Q5: Sua instituição tem um Programa de Integridade?

Conceito: O Programa de Integridade (PBIP) é um conjunto estruturado de medidas para prevenção, detecção, punição e remediação de desvios.

Respostas (N=218):

Sim: 161 (73,85%)

Não: 31 (14,22%)

Não sei: 26 (11,93%)

Análise: A percepção da existência do Programa é alta (73,85%).

Q6: Sua instituição tem uma unidade responsável pela gestão da integridade?



Conceito: A Comissão de Integridade Pública (CIP) atua como a Unidade de Gestão de Integridade (UGI), sendo responsável pela coordenação e monitoramento.

Respostas (N=218):

Sim: 118 (54,13%)

Não: 50 (22,94%)

Não sei: 50 (22,94%)

Análise: Apenas cerca de metade dos respondentes (54,13%) confirma a existência de uma unidade responsável (CIP). A alta taxa de "Não" e "Não sei" (totalizando 45,88%) sugere que a estrutura de governança, formalizada em 2024, precisa de maior divulgação interna.

Q7: Seu órgão/entidade possui um “Código de Ética” ou “Código de Conduta”?

Conceito: Os códigos de ética são pilares fundamentais e uma das diretrizes (4ª Diretriz) do PBIP.

Respostas (N=218):

Sim: 175 (80,28%)

Não: 21 (9,63%)

Não sei: 22 (10,09%)

Análise: A ampla maioria (80,28%) reconhece a existência de um Código de Ética ou Conduta.

Q8: Você conhece algum canal ou alguma unidade na sua instituição à qual você possa consultar nos casos de dúvidas sobre integridade e conduta íntegra?

Conceito: Canais de consulta demonstram o comprometimento da organização em apoiar servidores em dilemas éticos.

Respostas (N=218):

Sim: 175 (80,28%)

Não: 43 (19,72%)



Não sei: 0 (0,00%)

Análise: O conhecimento dos canais de consulta é robusto (80,28%).

Q9: Se você tomasse conhecimento de um ato de corrupção, fraude ou irregularidade dentro da sua organização, você denunciaria?

Conceito: A disposição para denunciar é um indicador crítico da confiança nos mecanismos de detecção e punição, e na proteção aos denunciantes.

Respostas (N=218):

Sim (Incluindo Sim condicional): 198 (90,83%)

Não (Incluindo Não com receio de represálias): 20 (9,17%)

Análise: A intenção de denúncia é alta (90,83%). No entanto, a fonte indica que muitas respostas "Sim" são condicionadas à garantia de anonimato. Vinte respondentes (9,17%) afirmaram que não denunciariam, e alguns o fariam por "receio de represálias".

Q10: Sua instituição possui algum canal de acesso público para denúncias de irregularidades?

Conceito: Canais de denúncia públicos são pilares essenciais para o controle social (5ª Diretriz).

Respostas (N=218):

Sim: 134 (61,47%)

Não: 41 (18,81%)

Não sei: 43 (19,72%)

Análise: A existência dos canais é reconhecida por 61,47%, mas a alta taxa de "Não sei" (19,72%) e "Não" (18,81%) — totalizando 38,53% de desconhecimento — sugere que a divulgação precisa ser intensificada.

Q11: Seu órgão ou entidade já promoveu capacitações ou eventos relacionados à "Integridade Pública"?



Conceito: Treinamentos e comunicação contínua (3ª Diretriz) são pilares de um programa de integridade efetivo.

Respostas (N=218):

Sim: 186 (85,32%)

Não: 30 (13,76%)

Não sei: 2 (0,92%)

Análise: A vasta maioria (85,32%) confirma a realização de capacitações, indicando o cumprimento ativo da diretriz de estímulo ao comportamento íntegro.

III. Análise das Respostas Abertas (Q12)

O quesito 12 foi respondido pelos 186 servidores que indicaram ter participado de capacitações (Q11 "Sim").

Tema	Ocorrências (Aprox.)
Ética	40
Assédio (moral, sexual ou eleitoral)	39
Transparência	29
Gestão de Risco	25
Comunicação não violenta	19
Regime disciplinar	19
Conflito de interesses	19
Segurança de dados	18
Nepotismo	10
Nenhuma das alternativas acima	30

Análise dos Temas: Os temas mais citados são Ética, Assédio e Transparência. Embora temas cruciais do PBIP, como Gestão de Risco (2ª Diretriz) e Conflito de Interesses, estejam presentes, eles têm menor frequência do que os temas centrais de conduta.

O tema Nepotismo (que é proibido pela Lei nº 10.623/2007 do Estado da Bahia) foi citado com baixa frequência (10 ocorrências), sugerindo uma potencial lacuna na conscientização sobre esse desvio específico.

O número de 30 respostas indicando "Nenhuma das alternativas acima" sugere que o conteúdo das capacitações pode ser percebido como genérico ou que os temas



abordados não estavam listados, o que requer uma revisão da comunicação sobre os objetivos dos treinamentos.

IV. Conclusão

Resultado Global (N=218): A Pesquisa de Percepção de Integridade da SEPLAN demonstra um alto nível de conscientização e engajamento dos servidores. A maioria está familiarizada com o termo Integridade Pública (90,37%), reconhece o Código de Ética (80,28%) e participou de capacitações (85,32%). A disposição para denunciar irregularidades é elevada (90,83%).

Os principais desafios e pontos de atenção para a SEPLAN, conforme o diagnóstico, estão concentrados em três áreas:

1. **Conhecimento da Governança (CIP e Canais):** Cerca de 45,88% dos servidores não estão certos sobre a existência da Comissão de Integridade Pública (CIP) (Q6). Além disso, 38,53% não sabem ou não acreditam que a instituição possua canais de acesso público para denúncias (Q10). A divulgação da CIP, que é uma estrutura permanente e subordinada ao Secretário, deve ser aprimorada.
2. **Confiança na Proteção ao Denunciante:** O receio de represálias como impedimento para denúncia (9,17% Não) é um alerta crítico. É crucial fortalecer os mecanismos de proteção para construir confiança e incentivar denúncias de boa-fé.
3. **Ajustes das Capacitações:** Embora o volume de capacitações seja alto, o Plano de Integridade deve garantir que temas cruciais para a prevenção, como Gestão de Riscos de Integridade (2ª Diretriz) e Nepotismo, sejam abordados de forma mais robusta e sistemática.

Sugestões de Diretrizes Principais a serem tratadas:

1. **Comunicação Institucional e Governança:** Intensificar a comunicação sobre a Comissão de Integridade Pública (CIP) e seus membros (Portaria N° 55/2024), garantindo que os servidores saibam onde buscar orientação.



-
2. Transparência e Controle Social: Ampliar a divulgação, tanto interna quanto externamente, dos canais de acesso público para denúncias.
 3. Proteção ao Denunciante: Reforçar a garantia de anonimato e a não-represália para mitigar a percepção de risco e aumentar a confiança nos canais de denúncia.
 4. Plano de Capacitação: Garantir a inclusão sistemática de temas de Gestão de Riscos de Integridade, Conflito de Interesses e Regime Disciplinar, alinhando o conteúdo das capacitações com os riscos específicos da instituição.

Salvador, 22 de setembro de 2025.

Coordenação de Integridade e Transparência

AGE/SEFAZ